

Organizações preveem 2,9 milhões em insegurança alimentar severa até março

Organizações humanitárias e governamentais estimam que 2,9 milhões de pessoas no país enfrentem altos níveis de “insegurança alimentar severa” entre janeiro e março, anunciaram no mais recente relatório sobre a situação.

São famílias que dificilmente sabem de onde virá a próxima refeição, ou quando, sendo que cada porção raramente corresponde às suas necessidades básicas. “Estima-se que o número de pessoas a fazer face à insegurança alimentar severa elevada aumente para 2,9 milhões de pessoas nas áreas rurais (aproximadamente 2,1 milhões) e urbanas (800 mil) em todo o país, entre janeiro e março”, lê-se no relatório IPC (Classificação Integrada de Segurança Alimentar, sigla inglesa). A situação mais grave vai manter-se em Cabo Delgado, onde um conflito armado com ligações terroristas está a provocar uma crise humanitária. O relatório estima que um quinto das pessoas em insegurança alimentar severa elevada venha a estar naquela província nortenha, onde avança o maior investimento privado de África para exploração de gás natural, mas sem soluções para conter a violência. Outros conflitos armados no centro estão a sacrificar a população das províncias de Manica e Sofala, que ainda tentam recuperar do impacto dos ciclones de 2019. As organizações alertam também para o impacto da seca, que coloca as províncias de Gaza e Inhambane em alerta. A desaceleração da economia por causa da covid-19 está também a fazer alastrar a falta de alimentos nos principais centros urbanos, refere-se no documento. “Espera-se que a situação melhore entre abril e setembro de 2021”, com o nível de pessoas em “insegurança alimentar severa” a situar-se em 1,7 milhões. Esta melhoria baseia-se nos pressupostos de que as famílias rurais “passem a ter acesso a alimentos da sua própria produção, prevê que os preços dos alimentos se mantenham estáveis ou diminuam e que os impactos do covid-19 sejam mínimos nas áreas rurais”. O relatório IPC sobre Moçambique foi feito sob coordenação do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (Setsan, entidade estatal) e agrega vários parceiros de análise: Governo de Moçambique, Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD), Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (Fews), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Programa Alimentar Mundial (PAM), Actionaid e World Vision.

Jornal Diário do País, 19.01.2021, pág.02, Edição nº 3340